

EXCELSIOR CAPITAL LTDA.

POLÍTICA DE PREVENÇÃO À LAVAGEM DE DINHEIRO, AO FINANCIAMENTO DO TERRORISMO E AO FINANCIAMENTO DA PROLIFERAÇÃO DE ARMAS DE DESTRUIÇÃO EM MASSA – PLDFTP ("Política")

Data da Aprovação	Abril/2026
Área responsável	Compliance
Elaborado por	Área de Compliance, Risco e PLD/FTP
Contato	administrativo@excelsiorasset.com.br
Escopo/Destinatários	Todos os Colaboradores e Terceiros Relacionados da Excelsior Capital, conforme aplicável

Esta Política é propriedade da Excelsior Capital e não está autorizada a cópia, uso ou distribuição deste documento e seu conteúdo sob nenhuma hipótese.

ÍNDICE

Capítulo 1 - Introdução	4
1.1 Objetivo	4
1.2 Base Legal	4
1.3 Definições	5
2.1 Diretor Responsável PLD	6
2.2 Diretoria	6
2.3 Comitê de Investimentos	7
2.4 Colaboradores	8
3.1 Produtos e Serviços	8
3.2 Investidores	9
3.3 Empresas-Alvo de Investimento	9
3.4 Prestadores de Serviços	10
3.5 Contrapartes e Mercados	10
4.1 Conhecimento de Investidores	10
4.2 Monitoramento de Situações Atípicas	12
4.3 Due Diligence de Investimentos	13
4.4 Prestadores de Serviços	14
4.5 Sanções Internacionais	15
Capítulo 5 — Comunicação ao Coaf	16
5.1 Situações Sujeitas à Comunicação	16
5.2 Processo de Comunicação	16
5.3 Informação à Diretoria e ao Comitê	16
5.4 Confidencialidade	17
5.5 Conservação	17
6.1 Público-Alvo	17
6.2 Periodicidade	17
6.3 Conteúdo	17

6.4	Registro.....	19
7.1	Conservação de Documentos.....	19
8.1	Conteúdo e Abrangência	19
9.1	Revisão da Política	20
9.2	Sanções por Descumprimento	20
9.3	Dúvidas e Questionamentos	20

Capítulo 1 - Introdução

1.1 Objetivo

Esta Política estabelece diretrizes e procedimentos que a Excelsior Capital Ltda., ("**Excelsior Capital Ltda.**" ou "**Gestora**") adota para prevenir a utilização de suas atividades para fins de lavagem de dinheiro, financiamento do terrorismo e financiamento da proliferação de armas de destruição em massa ("**PLDFTP**").

A Excelsior atua exclusivamente como gestora de recursos de terceiros (gestora pura), prestando serviços de gestão profissional de carteiras para fundos de investimento, especificamente Fundos de Investimento em Participações (FIP), Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), Fundos de Investimento Multimercado (FIM) e Fundos de Investimento Imobiliário (FII).

Como gestora pura, a Excelsior não realiza atividades de administração fiduciária, custódia, distribuição, escrituração ou liquidação de cotas. Tais atividades são desempenhadas por prestadores de serviços especializados devidamente autorizados pela CVM, que mantêm suas próprias políticas e controles de PLDFTP.

Esta Política é aplicável a todos os sócios, diretores, empregados, estagiários e demais colaboradores da Excelsior ("**Colaboradores**"), os quais devem observar rigorosamente suas disposições.

1.2 Base Legal

Esta Política é elaborada em conformidade com:

- (i) Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, com alterações introduzidas pela Lei nº 12.683, de 9 de julho de 2012;
- (ii) Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021;
- (iii) Resolução CVM nº 175, de 23 de dezembro de 2022, conforme alterada ("**Resolução CVM nº 175**") e seus anexos normativos;
- (iv) Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 21, de 25 de fevereiro de 2021, conforme alterada ("**Resolução CVM nº 21**");

- (v) Código da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("**ANBIMA**") de Administração e Gestão de Recursos de Terceiros ("**Código AGRT**");
- (vi) Regras e Procedimentos de Administração e Gestão de Recursos de Terceiros, especialmente seu Anexo Complementar III ("**Regras e Procedimentos do Código AGRT**"); e
- (vii) Demais normas regulamentares aplicáveis; e
- (viii) Anexo Normativo III da Resolução CVM nº 175 e Anexo Complementar VI das Regras e Procedimentos do Código AGRT, no que se refere aos procedimentos de PLDFTP aplicáveis a FII.

1.3 Definições

Para fins desta Política, aplicam-se as seguintes definições:

Administrador Fiduciário:

Instituição responsável pela administração fiduciária dos fundos geridos pela Excelsior, incluindo as atividades de registro, controle de investidores, custódia de ativos e cumprimento de obrigações regulatórias dos fundos.

Beneficiário Final:

Pessoa natural que, em última instância, de forma direta ou indireta, possui, controla ou influencia significativamente a pessoa jurídica, ou a pessoa natural em nome da qual uma transação é conduzida.

COAF:

Conselho de Controle de Atividades Financeiras, unidade de inteligência financeira do Brasil.

Comitê de Investimentos:

Órgão colegiado da Excelsior responsável por deliberar sobre decisões de investimento e desinvestimento dos fundos sob gestão, conforme Regimento Interno próprio.

CVM: Comissão de Valores Mobiliários.

PLDFTP:

Lavagem de Dinheiro, Financiamento do Terrorismo e Financiamento da Proliferação de Armas de Destruição em Massa.

PPE:

Pessoa Politicamente Exposta, conforme definição da Resolução CVM nº 50.

Capítulo 2 — Governança e Responsabilidades

2.1 Diretor Responsável PLD

A Excelsior designa um diretor estatutário como Diretor Responsável pela Política de PLDFTP ("**Diretor Responsável PLD**" ou "**Diretor de Compliance, Risco e PLD**"), registrado perante a CVM nos termos da Resolução CVM nº 21.

Compete ao Diretor Responsável PLD:

- (i) Implementar e zelar pelo cumprimento desta Política;
- (ii) Coordenar a avaliação interna de risco de PLDFTP;
- (iii) Atuar como ponto focal nas relações com administradores fiduciários em matérias de PLDFTP;
- (iv) Analisar situações atípicas reportadas e decidir sobre comunicações ao COAF;
- (v) Coordenar o programa de treinamento;
- (vi) Manter controles sobre sanções internacionais;
- (vii) Apresentar ao Comitê de Investimentos aspectos de PLDFTP relevantes para decisões de investimento;
- (viii) Elaborar relatório anual de atividades de PLDFTP;
- (ix) Reportar à Diretoria e, quando relevante, ao Comitê de Investimentos, situações de risco significativas; e
- (x) Ser ponto de contato com autoridades reguladoras em matérias de PLDFTP.

2.2 Diretoria

À Diretoria compete:

- (i) Aprovar e revisar esta Política;
- (ii) Assegurar recursos adequados para PLD/FTP;
- (iii) Tomar conhecimento de situações de risco relevantes;
- (iv) Deliberar sobre situações excepcionais que exijam decisão de alta direção; e
- (v) Promover cultura de integridade e conformidade.

2.3 Comitê de Investimentos

O Comitê de Investimentos, no âmbito de suas atribuições relacionadas a decisões de investimento, possui as seguintes responsabilidades em matéria de PLDFTP:

- (i) Considerar os aspectos de PLDFTP apresentados pelo Diretor Responsável PLD ao avaliar propostas de investimento em empresas-alvo;
- (ii) Deliberar sobre investimentos após análise de eventuais riscos reputacionais ou de integridade das empresas-alvo, seus controladores e administradores;
- (iii) Tomar conhecimento de situações envolvendo investidores que sejam PPE ou que apresentem risco elevado de PLDFTP quando tais situações possam impactar a gestão dos fundos;
- (iv) Deliberar, em situações excepcionais, sobre eventual não aceitação ou exclusão de investidores que representem risco inaceitável de PLDFTP, quando tal decisão impactar a política de investimento ou a gestão do fundo; e
- (v) Apoiar a Diretoria na promoção de cultura de integridade nas decisões de investimento.

As deliberações do Comitê de Investimentos em matéria de PLDFTP são documentadas em atas.

2.4 Colaboradores

Todos os Colaboradores devem:

- (i) Conhecer e cumprir esta Política;
- (ii) Participar dos treinamentos obrigatórios;
- (iii) Reportar situações atípicas ou suspeitas ao Diretor Responsável PLD; e
- (iv) Manter confidencialidade sobre análises e comunicações de PLDFTP.

Capítulo 3 — Avaliação de Risco

3.1 Produtos e Serviços

A Excelsior realiza avaliação interna de risco de PLDFTP com periodicidade mínima anual, considerando que presta exclusivamente serviços de gestão de FIP, FIDC, FIM e FII.

A avaliação considera:

FIP:

Natureza das participações alvo, setores econômicos, complexidade das estruturas societárias, exposição a jurisdições estrangeiras e perfil dos controladores e administradores das empresas-alvo;

FIDC:

Origem dos direitos creditórios, perfil e idoneidade dos cedentes, setores econômicos envolvidos, presença de coobrigados e mecanismos de mitigação de risco;

FIM:

Estratégias de investimento, ativos utilizados, grau de liquidez, exposição a instrumentos derivativos e mercados internacionais.

FII:

Natureza e perfil dos ativos imobiliários alvo, inclusão de ativos físicos (imóveis), participações em SPE imobiliária e instrumentos financeiros de base imobiliária (CRI, LCI, cotas de outros FII); transparência e identificação dos beneficiários finais das SPE; perfil dos locatários e contrapartes nos contratos de locação; e complexidade jurídica da estrutura de propriedade dos ativos imobiliários.

Fundos destinados exclusivamente a investidores qualificados ou profissionais apresentam risco menor devido aos controles de acesso mais rigorosos.

3.2 Investidores

A avaliação considera o perfil dos investidores dos fundos geridos:

Baixo Risco:

Instituições financeiras reguladas, fundos de pensão, seguradoras, entes públicos e sociedades de capital aberto com ações negociadas em bolsa;

Médio Risco:

Pessoas jurídicas brasileiras com estrutura societária identificada e transparente, investidores qualificados ou profissionais com histórico de investimentos;

Alto Risco:

PPE, investidores de jurisdições consideradas de alto risco pelo GAFI ou COAF, estruturas societárias complexas sem justificativa econômica aparente, impossibilidade de identificar adequadamente o beneficiário final.

3.3 Empresas-Alvo de Investimento

Para FIP e FIDC, a avaliação considera o risco das empresas-alvo ou cedentes de direitos creditórios:

- (i) Setor econômico de atuação e nível de regulação aplicável;
- (ii) Histórico e reputação dos controladores e administradores;

- (iii) Transparência da estrutura societária e identificação de beneficiários finais;
 - (iv) Presença em jurisdições de alto risco;
 - (v) Existência de processos judiciais, sanções regulatórias ou notícias adversas relevantes;
 - (vi) Adequação dos controles internos e compliance da empresa-alvo; e
- (vi) Fonte dos recursos e sustentabilidade do modelo de negócio.

3.4 Prestadores de Serviços

A avaliação considera os prestadores relevantes: administradores fiduciários, custodiantes, auditores, consultores jurídicos e assessores especializados.

3.5 Contrapartes e Mercados

A avaliação considera as contrapartes utilizadas (bancos, corretoras, instituições financeiras) e os mercados de atuação (B3, balcão organizado, mercados internacionais, quando aplicável).

Capítulo 4 — Procedimentos de Prevenção

4.1 Conhecimento de Investidores

4.1.1 Divisão de Responsabilidades

Como gestora a Excelsior não realiza diretamente as atividades de cadastramento de investidores, escrituração de cotas, controle de movimentações de aplicações e resgates, ou manutenção de registros cadastrais.

Essas atividades são de responsabilidade do Administrador Fiduciário de cada fundo, que possui políticas próprias de PLDFTP e é diretamente supervisionado pela CVM.

4.1.2 Responsabilidades da Gestora

À Excelsior, como gestora, compete:

- (i) Assegurar que os regulamentos dos fundos sob gestão estabeleçam requisitos adequados de identificação de investidores compatíveis com a avaliação de risco;
- (ii) Exigir dos administradores fiduciários contratados a existência de políticas robustas de PLDFTP;
- (iii) Solicitar aos administradores informações sobre o perfil de investidores quando necessário para avaliação de adequação ao fundo ou análise de situações atípicas;
- (iv) Avaliar, na medida do possível e em conjunto com o administrador, situações de risco elevado envolvendo investidores dos fundos;
- (v) Reportar ao administrador fiduciário situações atípicas identificadas no âmbito da gestão que possam ter reflexo no relacionamento com investidores;
- (vi) Monitorar se os administradores estão cumprindo adequadamente suas obrigações regulatórias de PLDFTP; e
- (vii) Decidir, em situações excepcionais e em coordenação com o administrador e, quando aplicável, com deliberação do Comitê de Investimentos, sobre eventual não aceitação ou exclusão de investidores que representem risco inaceitável de PLDFTP.

4.1.3 Conhecimento de Investidores Relevantes

Para fundos fechados (FIP e FIDC), especialmente aqueles com número reduzido de investidores, a Excelsior busca conhecer minimamente: (i) identificação dos principais investidores; (ii) perfil e atividade econômica; (iii) se há investidores que sejam PPE; (iv) se há investidores de jurisdições de alto risco; e (v) adequação do perfil dos investidores à política de investimento do fundo.

Essas informações são obtidas junto ao administrador fiduciário, respeitando as limitações de confidencialidade aplicáveis.

4.1.4 Pessoas Politicamente Expostas

Quando a Excelsior tomar conhecimento de que investidor de fundo gerido é PPE, deve:

- (i) Assegurar que o administrador fiduciário realizou due diligence reforçada;

- (ii) Avaliar se o perfil e origem dos recursos são compatíveis com o investimento;
- (iii) Intensificar atenção sobre eventuais movimentações atípicas;
- (iv) Reportar à Diretoria para conhecimento e avaliação; e

- (v) Informar ao Comitê de Investimentos quando a presença de PPE puder impactar decisões de gestão ou a reputação do fundo.

4.2 Monitoramento de Situações Atípicas

4.2.1 Escopo do Monitoramento pela Gestora

A Excelsior monitora situações atípicas no âmbito de suas atividades de gestão, especialmente:

- (i) Operações de aquisição de participações ou direitos creditórios que apresentem características incomuns;
- (ii) Contrapartes de operações com perfil de risco elevado;
- (iii) Operações incompatíveis com a política de investimento ou com o perfil de risco do fundo;
- (iv) Situações reportadas por administradores fiduciários sobre comportamento atípico de investidores;
- (v) Notícias públicas adversas sobre investidores, empresas-alvo de investimento, seus controladores ou contrapartes relevantes;
- (vi) Tentativas de interferência indevida na gestão ou pressão para realização de operações sem fundamento técnico ou econômico; e
- (vii) Solicitações atípicas de investidores que possam indicar intenções incompatíveis com a natureza do fundo.

4.2.2 Responsabilidade do Administrador

O monitoramento de aplicações, resgates e movimentações de cotistas é responsabilidade primária do administrador fiduciário, que deve manter sistemas e controles próprios para identificação de operações suspeitas.

4.2.3 Análise de Situações Atípicas

Quando identificada situação atípica, o Diretor Responsável PLD: (i) documenta a situação; (ii) coleta informações adicionais junto aos envolvidos; (iii) realiza pesquisas em fontes públicas quando pertinente; (iv) avalia se a situação possui explicação razoável ou configura

indício de PLDFTP; (v) decide sobre eventual necessidade de comunicação ao COAF; e (vi) documenta toda a análise realizada.

Situações complexas ou que possam impactar significativamente os fundos ou a reputação da Excelsior podem ser levadas ao conhecimento do Comitê de Investimentos para avaliação.

4.3 Due Diligence de Investimentos

4.3.1 Procedimentos de Due Diligence

A Excelsior realiza due diligence adequada sobre empresas-alvo de investimento (para FIP), cedentes/coobrigados (para FIDC) e ativos imobiliários e SPE imobiliária (para FII), incluindo aspectos de PLDFTP.

A due diligence de investimentos inclui:

- (i) Análise da estrutura societária e identificação de beneficiários finais;
- (ii) Verificação de antecedentes dos controladores, administradores e pessoas-chave;
- (iii) Consulta a fontes públicas sobre processos judiciais, sanções regulatórias e notícias adversas;
- (iv) Consulta a listas de sanções internacionais;
- (v) Verificação se há PPE entre controladores, administradores ou beneficiários finais;
- (vi) Avaliação da atividade econômica, sustentabilidade do modelo de negócio e origem dos recursos;
- (vii) Análise de jurisdições envolvidas (sede, operações, controladores);
- (viii) Avaliação dos controles internos, compliance e governança da empresa-alvo; e
- (ix) Identificação de red flags ou situações de risco elevado.
- (x) Para FII: verificação da estrutura jurídica de propriedade dos ativos imobiliários (médio direto ou via SPE), identificação e due diligence dos sócios e

administradores de SPE imobiliárias, análise do perfil dos locatários relevantes, consulta a listas de sanções e existência de PPE entre sócios de SPE ou locatários relevantes, e avaliação de riscos reputacionais associados às atividades imobiliárias envolvidas.

4.3.2 Apresentação ao Comitê de Investimentos

O Diretor Responsável PLD apresenta ao Comitê de Investimentos os aspectos de PLDFTP relevantes identificados na due diligence, incluindo:

- (i) Eventuais riscos de integridade, reputacionais ou de PLDFTP identificados;
- (ii) Presença de PPE ou pessoas em listas de sanções;
- (iii) Jurisdições de alto risco envolvidas;
- (iv) Estruturas societárias complexas sem justificativa aparente;
- (v) Notícias adversas ou processos relevantes; e
- (vi) Recomendações de compliance sobre a viabilidade do investimento sob a ótica de PLDFTP.

4.3.3 Documentação

A documentação da due diligence de PLDFTP é mantida em arquivo, incluindo fontes consultadas, análises realizadas, eventuais alertas identificados e conclusões.

4.4 Prestadores de Serviços

4.4.1 Due Diligence de Administradores Fiduciários

Antes da contratação de administrador fiduciário, a Excelsior verifica: (i) autorização e registro perante CVM; (ii) histórico regulatório e reputação; (iii) existência de política estruturada de PLDFTP; (iv) adequação de sistemas e controles; e (v) capacidade técnica e operacional.

A Excelsior prioriza administradores com estrutura robusta de compliance e PLD.

4.4.2 Outros Prestadores Relevantes

Para custodiantes, auditores, consultores jurídicos e assessores especializados, a Excelsior: (i) verifica registros e autorizações aplicáveis; (ii) avalia reputação e histórico profissional; (iii) consulta fontes públicas sobre eventuais irregularidades; (iv) identifica beneficiários finais quando aplicável; (v) consulta listas de sanções internacionais; e (vi) inclui cláusulas contratuais de conformidade com PLD/FTP.

A documentação do processo de due diligence é mantida em arquivo.

4.5 Sanções Internacionais

4.5.1 Listas Consultadas

A Excelsior consulta: (i) Lista Consolidada do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU); (ii) listas mantidas pelo COAF; e (iii) lista de jurisdições de alto risco do GAFI.

4.5.2 Momento das Consultas

As consultas são realizadas: (i) na contratação de prestadores de serviços relevantes; (ii) na due diligence de empresas-alvo de investimento; (iii) quando a Excelsior toma conhecimento de investidores relevantes de fundos geridos; (iv) antes de operações relevantes com contrapartes; (v) periodicamente sobre a base de prestadores, contrapartes e empresas investidas; e (vi) sempre que houver indício ou atualização relevante nas listas.

4.5.3 Identificação de Match

Em caso de identificação de pessoa ou entidade constante de lista de sanções: (i) suspende-se imediatamente qualquer operação ou relacionamento; (ii) notifica-se o Diretor Responsável PLD imediatamente; (iii) confirma-se o match considerando possibilidade de homonímia; (iv) se confirmado, congela-se o relacionamento e notifica-se o COAF; (v) documenta-se toda a situação; e (vi) aguardam-se orientações das autoridades competentes.

Situações envolvendo listas de sanções são imediatamente reportadas à Diretoria e ao Comitê de Investimentos.

Capítulo 5 — Comunicação ao Coaf

5.1 Situações Sujeitas à Comunicação

A Excelsior comunica ao COAF operações ou situações que possam constituir indício de PLDFTP, incluindo:

- (i) Operações de investimento sem fundamentação econômica aparente;
- (ii) Tentativas de interferência indevida na gestão com indícios de finalidade ilícita;
- (iii) Informações falsas ou recusa injustificada em fornecê-las;
- (iv) Incompatibilidade entre operações e o perfil/capacidade econômica conhecidos;
- (v) Situações reportadas por administradores fiduciários que, analisadas, configurem indícios de PLDFTP;
- (vi) Identificação de pessoas ou entidades em listas de sanções;
- (vii) Notícias públicas consistentes sobre envolvimento de investidores, empresas-alvo ou contrapartes em atividades ilícitas; e
- (viii) Outras situações previstas na legislação.

5.2 Processo de Comunicação

O processo compreende: (i) identificação da situação suspeita; (ii) análise pelo Diretor Responsável PLDFTP; (iii) decisão fundamentada sobre comunicar ou não; (iv) formalização mediante sistema SISCOAF; (v) envio nos prazos legais (24 horas ou dia útil seguinte conforme o caso); e (vi) documentação de todo o processo.

5.3 Informação à Diretoria e ao Comitê

Comunicações ao COAF sobre situações que envolvam empresas investidas, investidores relevantes ou que possam impactar significativamente os fundos ou a reputação da Excelsior são informadas à Diretoria.

O Diretor Responsável PLD pode apresentar ao Comitê de Investimentos, de forma genérica e preservando a confidencialidade, estatísticas ou situações relevantes de PLDFTP que sejam importantes para as deliberações do Comitê.

5.4 Confidencialidade

É vedado dar ciência ao investidor, contraparte ou terceiros sobre análise ou comunicação realizada ao COAF. A violação do dever de confidencialidade constitui infração grave.

Informações ao Comitê de Investimentos preservam a confidencialidade exigida, sendo apresentadas de forma genérica ou agregada quando necessário.

5.5 Conservação

Comunicações e análises relacionadas são conservadas por 10 anos.

Capítulo 6 — Treinamento

6.1 Público-Alvo

O treinamento é obrigatório para todos os Colaboradores da Excelsior, incluindo membros do Comitê de Investimentos.

6.2 Periodicidade

- (i) anual para todos os Colaboradores; e
- (ii) na admissão, em até 30 dias da contratação.

6.3 Conteúdo

Os treinamentos abordam:

- (i) conceitos de PLDFTP;
- (ii) legislação aplicável;
- (iii) esta Política e procedimentos internos;
- (iv) tipologias e sinais de alerta no mercado de gestão de recursos;
- (v) responsabilidades e dever de confidencialidade;
- (vi) sanções internacionais;
- (vii) due diligence de investimentos sob ótica de PLDFTP; e
- (viii) casos práticos.

6.4 Registro

A Excelsior mantém registro dos treinamentos realizados, incluindo lista de participantes, conteúdo, data e carga horária, pelo prazo de 5 anos.

Capítulo 7 — Conservação de Documentos

A Excelsior conserva os seguintes documentos pelos prazos indicados:

- (i) Comunicações ao COAF e análises relacionadas: 10 anos;
- (ii) Due diligence de empresas-alvo e prestadores: 10 anos do encerramento do investimento ou relacionamento;
- (iii) Avaliações de risco de PLDFTP: 10 anos;
- (iv) Registros de consultas a listas de sanções: 10 anos;
- (v) Análises de situações atípicas: 10 anos;
- (vi) Registros de treinamentos: 5 anos; e
- (vii) Relatórios anuais: 10 anos.

Os documentos podem ser mantidos em formato físico ou eletrônico, com controles de segurança, confidencialidade e integridade adequados, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados.

Capítulo 8 — Relatório Anual

8.1 Conteúdo e Abrangência

O Diretor Responsável PLD elabora relatório anual sobre as atividades de prevenção de PLDFTP, contendo:

- (i) Resumo da avaliação de risco realizada;
- (ii) Estatísticas de situações analisadas e comunicações realizadas;
- (iii) Análise da adequação da due diligence de investimentos;

- (iv) Treinamentos realizados;
- (v) Eventuais deficiências identificadas e ações corretivas;
- (vi) Atualizações regulatórias relevantes;
- (vii) Sugestões de aprimoramento; e
- (viii) Conclusões sobre adequação e efetividade dos controles.

O relatório é apresentado à Diretoria e, em sua versão executiva, ao Comitê de Investimentos, sendo mantido em arquivo pelo prazo de 10 anos.

Capítulo 9 — Disposições Finais

9.1 Revisão da Política

Esta Política é revisada: (i) anualmente; (ii) quando houver alterações relevantes na legislação; (iii) quando a avaliação de risco indicar necessidade; ou (iv) quando determinado pela Diretoria.

9.2 Sanções por Descumprimento

O descumprimento desta Política sujeita o Colaborador a: (i) medidas disciplinares internas, incluindo advertência, suspensão ou desligamento; (ii) sanções administrativas impostas por autoridades reguladoras; e (iii) sanções penais previstas na legislação, quando aplicável.

9.3 Dúvidas e Questionamentos

Dúvidas sobre interpretação ou aplicação desta Política devem ser dirigidas ao Diretor Responsável PLD.

Capítulo 10 — Versões

Data	Descrição
04/2026	Versão Inicial

Capítulo 11 — Responsáveis pelo documento e aprovação

Responsável	Departamento
Elaboração/Revisão	Área de Compliance, Risco e PLD/FTP
Aprovação	Diretores Estatutários

* * *

EXCELSIOR CAPITAL LTDA.